Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Oralitura e reencantamento: a resistência cotidiana nos terreiros de São Luís frente à hipermidiatização [1]

Oraliture and re-enchantment: everyday resistance in terreiros from São Luís in the face of hypermediatization

Marina Diniz de Carvalho
Flávia de Almeida Moura

Palavras-chave: Hipermidiatização**;** Circulação**;** Oralitura**;** Resistência Cotidiana; Povos de Terreiro.

Este trabalho busca compreender de que modo práticas cotidianas de resistência, entendidas a partir da noção de *hidden transcripts* proposta por Scott (1990), adotadas pelos povos de terreiro em São Luís, Maranhão, interferem nos processos de circulação do sentido em contextos de hipermidiatização. Considerando a circulação como espaço dinâmico de disputas, negociações e produção de sentidos (Fausto Neto, 2010), argumenta-se que tais práticas articulam oralitura e ancestralidade enquanto forma de preservação e transmissão de saberes coletivos (Martins, 1997) e permanência comunitária associada ao nexo vincular e à experiência do comum (Sodré, 2015). Nesse contexto, tais práticas podem ser compreendidas como formas de resistência infrapolítica

[1] Trabalho apresentado ao VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFBA. Salvador, Bahia. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP.

capazes de tensionar dinâmicas hegemônicas da circulação midiática e reafirmar modos próprios de existência, pertencimento e produção simbólica.

O estudo possui abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentando-se em revisão bibliográfica sobre midiatização, circulação, oralitura, resistência cotidiana e Povos de Terreiro, articulada às discussões sobre comunicação, ancestralidade e produção social do comum.

A hipermidiatização, compreendida como processo que reorganiza relações sociais, culturais e comunicacionais em contextos marcados pela intensificação dos fluxos midiáticos e pelas disputas em torno da circulação dos sentidos (Rosa, 2024), amplia disputas relacionadas à visibilidade, ao reconhecimento e à construção simbólica. Para grupos historicamente marginalizados, essas transformações tendem a intensificar processos de homogeneização cultural e invisibilização. Mais do que um debate centrado nos avanços tecnológicos, interessa compreender como determinados sujeitos negociam permanência, legitimidade e continuidade diante da aceleração dos fluxos comunicacionais contemporâneos.

Nesse contexto, povos e comunidades tradicionais (PCTs) podem ser compreendidos como sujeitos que tensionam racionalidades hegemônicas por meio da preservação de vínculos coletivos, conhecimentos ancestrais e formas próprias de organização social. A partir das discussões sobre epistemologias do Sul (Rosa, 2024), esses grupos podem ser compreendidos como produtores de saberes que desafiam modelos universalizantes de desenvolvimento e comunicação.

Os PCTs caracterizam-se por identidades coletivas construídas historicamente, vinculadas a territórios, práticas culturais e modos específicos de relação com a natureza e a coletividade. Conforme informações do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, esses grupos abrangem atualmente 28 segmentos reconhecidos oficialmente no Brasil, presentes em todos os biomas nacionais e amparados pelo Decreto nº 6.040/2007 (Brasil, 2026). Esse reconhecimento institucional reforça a relevância sociocultural

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

desses grupos, embora não elimine desigualdades históricas que atravessam seus modos de existência.

Entre os segmentos que compõem os PCTs, destacam-se os povos de terreiro, constituídos por comunidades vinculadas a religiões de matrizes africana e afro-brasileira, como tambor de mina, umbanda, candomblé, jurema, catimbó e outras manifestações religiosas. Essas tradições preservam conhecimentos ancestrais, práticas espirituais e formas coletivas de organização transmitidas ao longo das gerações. Apesar de sua importância histórica e cultural, essas comunidades permanecem expostas a processos recorrentes de discriminação, frequentemente expressos por meio do racismo religioso e da tentativa de invisibilização de seus territórios, saberes e práticas.

A permanência desses grupos pode ser compreendida também a partir das transformações contemporâneas nos processos comunicacionais. Em contextos de hipermidiatização, marcados pela aceleração dos fluxos informacionais e pela ampliação das disputas por visibilidade, determinadas formas de resistência tendem a ocorrer fora dos espaços institucionalizados de reconhecimento. Nesse sentido, a perspectiva de James C. Scott (1990) acerca dos *hidden transcripts* contribui para compreender práticas cotidianas e silenciosas por meio das quais grupos socialmente subordinados preservam autonomia, pertencimento e continuidade cultural.

No caso dos povos de terreiro em São Luís, essas estratégias podem ser observadas na manutenção dos vínculos comunitários, na transmissão oral dos saberes e na preservação ritualística. Tais práticas configuram formas de resistência que ultrapassam o enfrentamento explícito, operando também pela continuidade dos modos de existência, pela defesa do pertencimento coletivo e pela manutenção de formas próprias de produção simbólica. Nesse aspecto, aproxima-se da reflexão de Muniz Sodré (2021) acerca da centralidade do nexo vincular e da comunicação enquanto experiência do comum, especialmente em contextos marcados pela fragilização dos laços sociais e pela predominância de racionalidades orientadas pelo mercado.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Nos terreiros maranhenses, a oralitura e os ritos constituem importantes mecanismos de transmissão e preservação dos saberes ancestrais. A partir das contribuições de Leda Maria Martins (1997), compreende-se que memória, corpo e performance articulam formas específicas de produção e continuidade do conhecimento, permitindo que experiências coletivas sejam reelaboradas e transmitidas entre gerações. Nesse sentido, práticas ritualísticas e narrativas orais não apenas preservam tradições, mas atualizam modos de existência fundamentados na ancestralidade e nos vínculos comunitários.

Mais do que estratégias de preservação cultural, essas práticas podem ser interpretadas como formas de resistência aos processos contemporâneos de homogeneização simbólica e esvaziamento dos sentidos coletivos. Ao articularem permanência ancestral e adaptação às transformações sociais, os povos de terreiro produzem formas próprias de comunicação que desafiam perspectivas centradas exclusivamente na lógica da aceleração tecnológica e da mercantilização das relações sociais.

A partir dessa perspectiva, a resistência cotidiana elaborada nos terreiros não se restringe à sobrevivência diante do racismo religioso ou da invisibilização histórica. Trata-se também da produção contínua de conhecimentos, pertencimentos e experiências comunicacionais que tensionam modelos hegemônicos de circulação do sentido, evidenciando a necessidade de ampliar os debates sobre comunicação para além de referenciais centrados em universalidades abstratas.

No âmbito das políticas públicas, avanços recentes buscam fortalecer mecanismos de proteção a esses grupos. A Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana, criada em 2024, estabelece ações integradas voltadas à garantia de direitos, ao reconhecimento da memória afrodescendente e ao enfrentamento do racismo (Ceará, 2025). Ainda assim, o reconhecimento normativo não elimina as tensões cotidianas vivenciadas por essas comunidades, tornando relevante compreender

como seus modos de resistência continuam sendo elaborados e atualizados nos contextos contemporâneos.

No âmbito estadual, a criação de mecanismos institucionais de proteção também evidencia o reconhecimento gradual das demandas dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. No Maranhão, o Decreto nº 37.761, publicado em 2022, institui a Política Estadual de Proteção aos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Afro-brasileiros, reconhecendo os terreiros como espaços de preservação da ancestralidade, das práticas religiosas e das formas coletivas de organização social. Além disso, o documento delimita aspectos relacionados à territorialidade desses grupos e caracteriza a intolerância religiosa como prática discriminatória direcionada a seus valores, símbolos e modos de vida (Maranhão, 2022).

Apesar dos avanços normativos, a presença dos povos de terreiro no contexto maranhense permanece atravessada por desigualdades históricas. Em São Luís, onde há significativa concentração de casas de culto vinculadas às religiões de matrizes africana e afro-brasileira, os terreiros configuram espaços de preservação da memória coletiva, da espiritualidade e da transmissão de saberes ancestrais. Ao mesmo tempo, essas comunidades continuam enfrentando processos de estigmatização e invisibilização associados a preconceitos estruturais presentes na sociedade brasileira.

Nesse cenário, o racismo religioso manifesta-se como uma expressão do racismo estrutural, operando por meio da deslegitimação das práticas afro-religiosas e do ataque simbólico ou material aos seus espaços sagrados. Conforme argumenta Silva Jr. (2025), o racismo religioso articula discriminação racial e intolerância religiosa, incidindo especialmente sobre grupos vinculados às tradições afro-brasileiras. É diante dessas tensões que os povos de terreiro desenvolvem múltiplas formas de resistência — religiosas, culturais, territoriais e identitárias — que possibilitam a continuidade de seus modos de vida e reafirmam sua atuação enquanto sujeitos históricos e políticos.

As transformações associadas à hipermidiatização também deslocam o conceito de circulação, compreendido por Fausto Neto como um espaço dinâmico de disputas,

negociações e produção de sentidos. Nessas condições, as chamadas "bordas da circulação" tornam-se relevantes para compreender a atuação de sujeitos historicamente marginalizados, cujas práticas frequentemente escapam aos circuitos tradicionais de visibilidade.

No contexto dos povos de terreiro em São Luís, a resistência cotidiana pode ser observada justamente nesses espaços menos institucionalizados, onde práticas religiosas, vínculos comunitários e saberes ancestrais permanecem sendo reelaborados e transmitidos. Aproxima-se, nesse sentido, da discussão proposta por Scott (1990) acerca dos *hidden transcripts*, permitindo compreender como formas discretas de permanência cultural e simbólica operam como mecanismos de resistência diante de estruturas históricas de dominação.

Considerando as transformações associadas à hipermidiatização, a circulação deixa de ser compreendida apenas como deslocamento linear de mensagens, passando a constituir um espaço dinâmico de disputas, negociações e reelaborações do sentido. Nesse contexto, interessa compreender de que modo as práticas cotidianas desenvolvidas pelos Povos de Terreiro em São Luís tensionam processos circulatórios hegemônicos por meio da oralitura, da ancestralidade e da preservação dos vínculos comunitários. Mais do que estratégias de permanência cultural, tais práticas configuram formas de resistência que intervêm na circulação social dos sentidos, produzindo continuidades simbólicas diante de contextos marcados pela invisibilização, pelo racismo religioso e pela fragilização dos pertencimentos coletivos.

Ao evidenciar essas experiências, argumenta-se que os povos de terreiro não ocupam apenas posições periféricas nos processos comunicacionais contemporâneos, mas atuam como sujeitos capazes de produzir, negociar e sustentar formas próprias de circulação. Assim, o trabalho busca contribuir para os debates sobre circulação enquanto objeto dinâmico nos estudos da comunicação, evidenciando que práticas ancestrais elaboradas nos terreiros participam ativamente da produção, negociação e sustentação de sentidos nos contextos contemporâneos de hipermidiatização.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, Distrito Federal - DF, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais. Acesso em: 22 mai. 2026.

CEARÁ. **Cartilha Povos de Terreiro**. Fortaleza: Secretaria de Estado da Igualdade Racial do Ceará, v. 1, n. 1, 2025.

MARANHÃO. **Decreto Nº 37761, de 28 de junho de 2022**. Estabelece a Política Estadual de Proteção aos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Afro-brasileiros. São Luís, 2022. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ma/decreto-n-37761-2022-maranhao-estabelece-a-politica-estadual-de-protecao-aos-direitos-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana-e-afro-brasileiros. Acesso em: 22 mai. 2026.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: O Reinado do Rosário no Jatobá. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

NETO, A. F. **As bordas da circulação**. Alceu, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 55-69, 2010.

ROSA, Ana Paula da. Operações de uma guerra midiatizada. In: FERREIRA, Jairo: BOLIN; Göran; SILVEIRA, Ada; LÖFGREN, Isabel (org.). **Midiatização Sul e Norte**: perspectivas epistemológicas e empíricas no Brasil e na Suécia. Porto Alegre: Editora Sulina, 2024. p. 184-209.

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts**. New Haven: Yale University Press, 1990.

SILVA JR., Hédio. **Racismo religioso**: histórico e aparato jurídico. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SODRÉ, Muniz. 2021. **A sociedade incivil**: mídia, iliberalismo e finanças. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.